

FUNDAÇÃO SNS  
"Europa e SNS: que futuro?"  
Fundação Oriente 16 junho 2015

Intervenção do Professor Doutor José Reis

John Galbraith, economista, escreveu um artigo, a propósito do debate da reforma da Saúde que a presidência de Clinton tentou implementar nos Estados Unidos, intitulado: "Acusem a História, não os Liberais". Pois, na verdade, segundo Galbraith, foram os determinismos históricos, como as grandes migrações, a industrialização, o desenvolvimento urbano, entre outros, que conduziram a que a reforma da Saúde estivesse na agenda política da presidência de Clinton.

Portanto, de acordo com o artigo de Galbraith, foram as dinâmicas e o impulso da História que originaram um conjunto de necessidades às quais as políticas públicas tiveram de dar resposta, das quais a Saúde não é exceção.

Importa, por isso, colocar a questão se o Serviço Nacional de Saúde será somente uma simples necessidade criada pela História. De facto, quando fazemos o exercício de olhar para o Passado, parece evidente a existência de uma dimensão civilizacional e histórica que conduziu à criação de um sistema inclusivo em matéria de saúde e bem-estar como Serviço Nacional de Saúde. Existe, portanto, evidência que nos leva a considerar que o Serviço Nacional de Saúde foi necessariamente determinado pela História. No entanto, é igualmente uma realidade que as soluções que adotamos de forma coletiva, são deliberações difíceis que resultam de um intenso debate. Por este motivo, é difícil aceitar a ideia de que o Serviço Nacional de Saúde atual apenas nos estava destinado pelos imperativos da civilização e pela inevitabilidade da História.

É fácil compreender que é inconcebível um sistema económico progressivo não dispor de mecanismos de inclusão que assentem nas pessoas e no seu bem-estar. As sociedades e os sistemas económicos, de modo a serem eficientes, viram-se obrigados, portanto, a construir mecanismos de proteção social. Sem estes mecanismos, o sentido coletivo da organização da economia e da sua eficiência não seriam perceptíveis. Assim, facilmente se conclui que, de facto, o Serviço Nacional de Saúde não é somente uma dádiva inevitável da História, mas sim algo que faz parte de um terreno largo onde todos os nossos sentidos coletivos se enraizaram. De certa forma, podemos igualmente chegar à conclusão que o próprio capitalismo teve de se transformar em muito mais do que um mero sistema de transações ou de mercados, não se tendo limitado apenas a estas dimensões. O capitalismo que conhecemos é um sistema onde coexistem instituições, ordens jurídicas, direitos, que nunca seriam garantidos apenas pelas transações e pelos mercados. Talvez, por esta razão, o capitalismo tornou-se um sistema económico historicamente duradouro e auto-sustentável, contrariando as previsões iniciais sobre a sua insustentabilidade.

Nos dias de hoje, podemos afirmar que existe um confronto entre duas modalidades diferentes de capitalismo: o capitalismo financeiro e o capitalismo democrático. Estamos a assistir à tentativa de se construir um capitalismo estritamente assente nos mercados, nas transações e na reversão de direitos. O que está a ocorrer é uma reversão

do capitalismo democrático e de bem-estar em nome do capitalismo financeiro. Este fenómeno é a consequência daquilo que se pode denominar de uma economia política de retrocesso, a qual tem sido responsável pela deterioração dos mecanismos de inclusão e de promoção da igualdade e que poderá vir a originar uma enorme instabilidade social.

Tem-se verificado, na realidade, a instituição, sem mandato político, de criadores de mercados. Estão-se a criar mercados e a substituir-se direitos por transações, ou seja, temos assistido à utilização das políticas públicas enquanto forma de criação de mercados, os quais são altamente *rentistas* (do conceito económico *rent*, cujo significado é geração de sobre-lucro). Este *rentismo* existe quando alguém em deliberação política entrega esse sobre-lucro a outros. De facto, este é um dos aspetos mais prementes do confronto político.

Tem de haver lugar à democracia. É relevante recordar que temos o direito do exercício democrático. Têm de ser feitas escolhas que salvaguardem o bem-comum e a sociedade de direito e de bem-estar.